

HUMANIDADE DIVIDIDA: CRÍTICA AO DETERMINISMO CIENTÍFICO DA SEXUALIDADE

Divided Humanity: Critique on Scientific Determinismo of Sexuality

Danuska Brosin ¹

Maine Laís Tokarski ²

Resumo: Os discursos científicos são os principais veiculadores do modelo da diferença inmensurável entre os sexos, a partir do qual homens e mulheres passam a ser diferenciados em função de seus órgãos reprodutivos, hormônios e cromossomos. Portanto, pretende-se realizar uma investigação conceitual dedicada ao escrutínio do conceito biológico da natureza no que diz respeito à sexualidade, a partir da análise de fontes filosóficas que consideram criticamente o discurso científico tradicional.

Palavras-chave: Natureza; Ciência; Sexualidade.

Abstract: *Scientific discourses are the main vehicles of the model of immeasurable difference between the sexes, from which men and women are differentiated according to their reproductive organs and also their hormones and chromosomes. Therefore, we intend to carry out a conceptual investigation, dedicated to the critique of the biological concept of nature with regard to sexuality, from the analysis of philosophical sources that critically consider the traditional scientific discourse.*

Keywords: Nature; Science; Sexuality.

Considerações iniciais

No conceito de humanidade comumente aceito, encontram-se duas categorias de seres humanos que se diferenciam em função de uma determinada ideia de sexualidade. O costume de conferir ao sujeito um caráter identitário baseado no sexo é verificado em grande parte da história ocidental. A definição dessa identidade é representada pelo binarismo homem/ mulher, que tem como princípio a diferenciação substancial entre *seres humanos homens (machos)* e *seres humanos mulheres (fêmeas)*. A dicotomia homem/mulher é a base lógica para a manutenção da divisão entre os seres que partilham dessa humanidade, e a cisão entre esses seres é amparada em um ideal de natureza biológica do sexo, que, por sua vez, exclui a multiplicidade que ultrapassa a dicotomia.

É possível observar que a racionalidade moderna ocidental esteve pautada pela intenção de conferir um caráter identitário ao sujeito. Essa identidade seria determinada,

¹ Mestranda em Filosofia, linha de pesquisa Ética e Política, na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Mestranda em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante o grupo de pesquisa Direito, Biotecnologia e Sociedade (BIOTEC).

também, a partir de uma suposta auto-evidência da diferença sexual traduzida no problemático binarismo homem/mulher. É importante ressaltar que essa diferenciação é posta como auto-evidente a partir da noção de uma *naturalidade biológica* do sexo. Foram os discursos científicos os principais veiculadores contemporâneos do modelo da diferença incomensurável entre os sexos a partir do qual homens e mulheres passaram a ser diferenciados em função de seus órgãos reprodutivos e, mais recentemente, também a partir de seus hormônios e cromossomos. Assim, foi atribuída à Medicina e à Ciência a função de atribuir com segurança um único sexo a cada indivíduo, ou seja, de estabilizar as fronteiras sexuais e determinar uma *verdade do sexo*.³

Contudo, existem casos que escapam à determinação binária sexual: a *intersexualidade* - antigamente chamada de hermafroditismo -, desde sempre, causou certo desconforto àqueles que pretendem enquadrar sujeitos em determinações biológicas e científicas. Muitos desses indivíduos são submetidos a cirurgias logo após seu nascimento, com o único intuito de adequação à contagem cromossômica ou à imagem corporal. O que, por um lado, parece ser um reajuste definido por *peritos no caso*, por outro, pode caracterizar uma violência ao corpo de um sujeito que ainda não possui capacidade para escolher ou aceitar tal modificação. De toda forma, a complexidade que perpassa a dicotomia homem/mulher nos mostra indícios de que tal dicotomia não exista, a não ser no campo teórico. Os corpos são muito complexos e as diferenças, por vezes, são imperceptíveis. Por conseguinte, categorizá-los em uma simples dicotomia torna-se insuficiente. A problemática encontra-se na transformação do ilusório teórico em prática efetiva, pois é perceptível que o problema não é apenas epistemológico, e sim, político-social.

Logo, os testes científicos são inaptos a cumprir o papel de determinação do sexo ao qual foram convocados. Se for possível encontrar sujeitos que não se enquadram na determinação científica, conclui-se que tais determinações são insuficientes. Ironicamente, o refinamento dos métodos científicos voltados a revelar a *verdade do sexo* é muitas vezes justamente o que nos permite entrever as múltiplas fraturas e inconsistências dessa classificação binária biologizante. Ademais, filósofos e até mesmo os próprios cientistas vêm realizando questionamentos acerca da objetividade científica, tão necessária e

³ Para Foucault, não existe uma verdade natural-essencial do sexo. De acordo com o filósofo, a sexualidade é um dispositivo de saberes e poderes situados historicamente. Na obra *História da Sexualidade*, o autor traça a genealogia da sexualidade moderna, refletindo sobre os mecanismos de disciplinamento e incitação de corpos e subjetividades. (FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999).

prestigiada. Visto que é essa objetividade que confere determinação e veracidade ao sistema binário homem/mulher, torna-se ainda mais importante investigarmos os seus limites.

Portanto, esse artigo pretende realizar uma investigação conceitual, dedicada à crítica do conceito biológico da natureza no que diz respeito à sexualidade. Dessa forma, serão levadas em conta fontes teórico-críticas que problematizam o discurso biologizante científico. Este estudo se limitará a dois textos específicos: o artigo *Saberes Localizados* de Donna Haraway, no qual a autora problematiza a questão da objetividade científica, e o primeiro capítulo da obra *Evolução Criadora* de Bergson, em que o filósofo realiza uma crítica ao falso evolucionismo que pode corroborar a crítica à ciência tradicional. Logo, essa investigação se dará a partir da tentativa de unir dois discursos que, por mais distintos que aparentam ser, parecem complementares na crítica à categorização naturalista dicotômica do sexo.

Ciência e sexualidade

Anne Fausto Sterling⁴ relata o caso de Maria Patiño, uma das principais corredoras espanholas que competiria nas Olimpíadas de 1988. Para que as atletas pudessem competir na categoria feminina, era necessário apresentar um certificado de feminilidade, supostamente a fim de impedir que homens competissem disfarçadamente como mulheres. Patiño esqueceu-se de levar o certificado que havia recebido em 1983 e, diante disso, o Comitê Olímpico Internacional (COI) solicitou-lhe que se submetesse a um simples exame – feito mediante a raspagem de algumas células da bochecha – que seria capaz de atestar sua feminilidade.

Passadas algumas horas, Patiño foi chamada para um segundo exame, mas não recebeu maiores informações. Então, quando estava praticamente iniciando a competição, deram-lhe a notícia que teria sido reprovada no teste de sexo. Patiño parecia uma mulher e nunca havia tido qualquer razão para duvidar disso - inclusive já havia recebido um certificado de feminilidade para uma competição anterior. Contudo, a equipe médica do COI a revelou que os exames apontavam a presença de um cromossomo Y em suas células e que seus lábios ocultavam testículos. Ainda, Patiño não possuía útero nem ovários. Diante desses *fatos*, Patiño foi impedida de competir nas Olimpíadas.

Inconformada, a atleta buscou muitos outros médicos, que a diagnosticaram com uma chamada *síndrome de insensibilidade ao andrógeno*, e decidiu, então, enfrentar a decisão do

⁴FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagú*, n. 17-18, p. 9-79, 2001/02, p. 11-14.

COI. Em dois anos e meio, após bastante esforço de Patiño em submeter-se a diferentes tipos de testes para comprovar sua aptidão para competir na categoria feminina, a Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) readmitiu a atleta e, em 1992, ela retornou à equipe olímpica da Espanha.

Até 1968, o teste de sexo era feito mediante o exame de nudez e, assim, a presença de seios e vagina seriam suficientes para atestar a feminilidade. Posteriormente, o COI adotou testes científicos para esse propósito, que consistiriam basicamente na análise cromossômica. Além da verificação cromossômica, outros fatores seriam levados em conta, como os órgãos reprodutores externos e internos e a composição hormonal. Em 1999, a testagem de sexo deixou de ser um pré-requisito obrigatório, contudo ainda hoje as equipes médicas de competições internacionais reservam-se ao direito de fazê-la quando o sexo for contestado, ou houver flagrantes dúvidas.

A complexidade existente no caso de Maria Patiño, comentada por Anne Fausto Sterling, expõe como a normatividade extrapola sua determinação. A obrigação de Maria ser definida ou não como mulher, independentemente das variáveis de seu corpo biológico-genético, confirma que a norma sexual meramente dicotômica é insuficiente para dar conta da realidade. Maria era aparentemente mulher, e seu corpo aparente confirmava essa identidade sexual. Porém, algo dentro de seu corpo - a presença de um cromossomo Y, testículos escondidos, ou mesmo ausência de útero e ovários - impossibilitou-a de ser aceita como mulher perante os técnicos da COI.

As estratificações médicas, biológicas e científicas pretendem fornecer coerência e inteligibilidade aos corpos, e ao que é feito deles. A dicotomia homem/mulher é o padrão de observação desses corpos, e essas estratificações se limitam a esse ideal dicotômico. Assim, tudo que modifica ou não se enquadra no padrão binário torna-se problemático. Maria, por exemplo, mesmo após sua readmissão, não se adequava plenamente à categoria *mulher* por não conter as determinações que definem essa categoria. Infelizmente, a existência de casos que, de qualquer forma, contradizem a normatividade binária do sexo parece não ser suficiente para o declínio dos valores deterministas dicotômicos.

Esse problema pode ser ampliado se pensarmos nos vários sujeitos intersexuais que tem sido obrigados a se conformarem à alguma das categorias sexuais. Lamentavelmente, essa questão vem sendo resolvida com a adequação dos corpos no padrão determinado. As cirurgias realizadas em recém-nascidos - evidentemente sem aprovação do indivíduo diretamente afetado - são a prova de como a determinação binária do sexo é forçosamente imposta. Alguns desses indivíduos perdem a única fonte de prazer

do corpo exclusivamente para se adequarem a apenas *uma* das categorias oposicionais do sexo. De todo modo, a existência desses sujeitos e de casos complexos como o de Maria Patiño demonstram a insuficiência da norma sexual binária que divide seres humanos em homens e mulheres.

Podemos verificar que o argumento científico é o que prevalece na normatividade do sexo. O saber médico reafirma a diferença entre homens e mulheres, e o discurso científico é a arma utilizada para garantir esse organismo normativo. Visto que a ciência supervisiona a estabilização da fronteira entre os sexos, torna-se fundamental a análise dos seus limites. E, na medida em que estabilização da fronteira gera tantos impasses, observamos que o problema da objetividade científica pode ser incorporado à questão.

“Saberes Localizados”

Em meu artigo *Saberes Localizados*⁵, Donna Haraway visa aprofundar o debate feminista sobre a objetividade científica. A introdução de tal assunto é imprescindível, na medida em que verificamos a importância da Ciência frente aos discursos que reafirmam a diferença incomensurável entre homens e mulheres e visam adequar os seres vivos em uma das categorias definidas na dicotomia do sexo. Visto que é essa objetividade que garante um discurso naturalizado e dicotômico dos sexos, e também é responsável pela estabilização das fronteiras entre os sexos, é fundamental investigarmos seu conteúdo, determinações e limites.

Haraway percebe uma disputa entre as próprias feministas. Isso se dá na medida em que elas “seletiva e flexivelmente, têm se utilizado, e sido amparadas, por dois pólos de uma tentadora dicotomia em relação à objetividade”⁶. Para a autora, as feministas se encontram em uma guerra, em que parte delas luta em prol da objetividade científica, enquanto outra permanece forte na perspectiva de que a objetividade não contém o caráter determinado necessário para assim ser chamada. Para descrever esse problema em relação à objetividade, Haraway aborda a perspectiva dos construcionistas sociais e das feministas empiristas teóricas da perspectiva marxista.

Segundo o construtivismo social, “as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade”⁷. Dessa forma, podemos vincular a ciência à retórica, pois ela estaria submetida à

⁵HARAWAY, D. *Saberes localizados*: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú n. 5, p. 7 - 41, 1995.

⁶*Ibidem*, p. 8.

⁷*Ibidem*, p. 9.

mera reprodução de um mundo, segundo seu próprio interesse⁸. Por outro lado, a teoria da perspectiva marxista oferecia instrumentos para as versões de perspectivas, o que resultou na abertura de margens para as feministas empiristas. Essas últimas acabavam por insistir nos significados legítimos da objetividade científica⁹.

Haraway pretende desconstruir as *alegações de verdade de uma ciência hostil*, além de separar os bons cientistas daqueles que abusam da ciência em prol de poder¹⁰. Ou seja, a autora não nega o jogo de poder dentro do ramo científico, não nega a ideia de que há abusos por parte de alguns cientistas, mas também percebe que existem cientistas em busca da verdade. A estratégia de Haraway é agarrar-se às duas concepções acerca da objetividade que estão em disputa para trilhar seu caminho. Segundo ela “as feministas tem que insistir numa explicação melhor do mundo; não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo”¹¹.

Ora, Haraway não pretende resguardar a objetividade científica. Por outro lado, o argumento construtivista não foi suficiente para que a autora abdicasse da ciência, apenas mostrou-lhe a impossibilidade de que ela se torne fonte de construção de saberes canônicos. A bióloga afirma que as ciências visam o reducionismo quando buscam a tradução do mundo, a convertibilidade de dados em enunciados e a universalidade de tais enunciados. “O que o dinheiro faz no âmbito das trocas do capitalismo, o reducionismo faz nos poderosos âmbitos mentais das ciências globais”¹². Dessa forma, a objetividade científica está intimamente ligada a esse ideal reducionista.

As feministas não precisam de uma doutrina da objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes – e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a

⁸*Ibidem*, p. 10.

⁹HARAWAY, D. *Saberes localizados*: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú n. 5, p. 14-15.

¹⁰*Ibidem*, p. 13.

¹¹*Ibidem*, p. 15.

¹²*Ibidem*, p. 16.

possibilidade de um futuro.¹³

O privilégio de uma perspectiva parcial dentro das ciências será o foco principal da autora nessa obra. Para mostrar que a perspectiva parcial é necessária na construção do conhecimento, Haraway discursa sobre a persistência da visão. Segundo ela, a visão afasta o sujeito do mundo no interesse do poder¹⁴. Sendo a visão o sentido que ganha maior ênfase nos construtos científicos, é a ela direcionada a maior crítica devido à sua insuficiência:

A visão nesta festa tecnológica transforma-se numa glutoneria desregulada; todas as perspectivas cedem passagem a uma visão infinitamente móvel, que parece ser não mais apenas a respeito do truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum, mas a transformação do mito em prática comum. E, como o truque de deus, este olho fode o mundo para criar tecno-monstros.¹⁵

A visão objetiva não produz objetividade científica, isso porque a visão não é objetiva, não é neutra. "Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental"¹⁶. Dessa forma, estaríamos sempre fadados ao jogo de poder científico já comentado pelos construcionistas sociais. É necessária outra forma de tratar a visão em relação à construção de conhecimento. "Apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais"¹⁷.

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais a parcialidade e não a universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. Só o truque de deus é proibido.¹⁸

Dessa forma, Haraway afirma que os conhecimentos científicos, soberanos na implantação da dicotomia sexual, são na verdade *saberes localizados*. Esses saberes são definidos assim por serem produtos do posicionamento parcial frente aos dados da

¹³*Idem.*

¹⁴HARAWAY, D. *Saberes localizados*: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú n. 5, p. 19.

¹⁵*Idem.*

¹⁶*Ibidem*, p. 27.

¹⁷*Ibidem*, p. 21.

¹⁸*Ibidem*, p. 30.

experiência. Ou seja, eles se opõem ao caráter determinista e universalista que a ciência tradicionalmente buscou, e questionam sua pretensa objetividade.

Os *saberes localizados*, por sua vez, desestabilizam a suposição de previsibilidade, universalidade e objetividade desse modo de operar o conhecimento científico. O resultado alcançado por essa análise é a desconstrução dos mecanismos fundamentalistas que ditam a verdade do sexo. O *saber localizado* não pode determinar a verdade do sexo, muito menos defini-la como dicotômica. Ou seja, o corpo não é um dado científico estável passível de categorização binária:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo".¹⁹

Crítica bergsoniana à ciência tradicional

Podemos começar a inserção no discurso de Bergson com suas teorias evolutivas da vida e tentar complementar essa crítica à ciência tradicional realizada por Haraway. O autor, no primeiro capítulo de *Evolução Criadora*²⁰, realiza uma crítica a duas teorias de evolução da vida, mecanicismo e finalismo, afirmando que ambas as explicações são insuficientes para darem conta do processo vital. Dessa forma, seguiremos os passos propostos por Bergson na tentativa de incluir sua crítica aos falsos evolucionismos junto à crítica da objetividade científica.

Bergson, ao investigar o processo da vida, percebe que a inteligência é apenas um *momento* do processo evolutivo. Poderíamos dizer que, no caminho desse processo, surgem várias espécies que se distinguem segundo a forma particular de cada uma agir sobre o meio. Cada uma dessas espécies seria como *momentos* do processo evolutivo. Dessa forma, o humano inteligente seria um *momento* do processo evolutivo dos seres vertebrados²¹.

Para o filósofo, a história da evolução da vida “nos mostra, na faculdade de compreender, um anexo da faculdade de agir, uma adaptação cada vez mais precisa, cada vez mais complexa e flexível, da consciência dos seres vivos às condições de existência que lhe são impostas”²². Dessa forma, podemos caracterizar a inteligência como um anexo da

¹⁹HARAWAY, D. *Saberes localizados*: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú n. 5, p. 36.

²⁰BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

²¹*Ibidem*, p. IX.

²²*Idem*.

ação da atividade do corpo, sobre o meio²³. Essa caracterização da inteligência demonstraria que ela serve ao homem como uma capacidade adaptativa ao meio.

Dessa forma, podemos dizer que o corpo, ou organismo vivo, possui certa relação com a matéria. Tendo em vista que o meio é exterior e material, a inteligência surgiria como capacidade de pensar a matéria²⁴. Logo, o organismo vivo se relaciona com a matéria, e no homem essa relação é predominantemente inteligente. Nessa relação, o homem cria hábitos corpóreos que tornam o trato com a matéria mais eficiente. É a partir da prática corporal, da atividade do corpo sobre a matéria, que a inteligência cria caminhos que tornam a relação com a matéria mais eficiente. São os atos corpóreos em relação à matéria que constituem a estrutura da inteligência. Desse modo, a capacidade adaptativa que cada forma de vida se caracteriza a partir de sua própria constituição.

Contudo, esses hábitos corpóreos se transformam em hábitos de pensamento. A inteligência possui um esquema de pensamento que surge semelhante aos esquemas corpóreos e sua relação com a matéria. Como a matéria possui uma tendência a se solidificar, a inteligência também se constitui como uma forma de pensamento que constitui sólidos, e poderá pensar somente acerca dessa realidade sólida. Logo, poderíamos afirmar que a inteligência copia a matéria na medida em que se caracteriza somente tendo em vista essa realidade material.

Veremos que a inteligência humana se sente em casa enquanto for deixada entre os objetos inertes, mais especialmente entre os sólidos, nos quais nossa ação encontra seu ponto de apoio e nossas indústria seus instrumentos de trabalho, veremos que nossos conceitos, foram formados à imagem dos sólidos, que nossa lógica é sobretudo a lógica dos sólidos, e que, por isso mesmo, nossa inteligência triunfa na geometria, na qual revela um parentesco do pensamento lógico com a matéria inerte e na qual basta à inteligência seguir seu movimento natural, após o mais leve contato possível com a experiência, para ir de descoberta em descoberta com a certeza de que a experiência segue logo atrás dela e lhe dará invariavelmente razão.²⁵

Ora, fica claro que a inteligência só pode abarcar um aspecto do real: o material. Dessa forma, ela poderia conhecer apenas uma parte do processo pelo qual foi gerada. Assim, poderíamos verificar que a inteligência é parcial, apreende um aspecto do real, mas não apreende outra parte da realidade. Logo, ela não conhece o processo evolutivo em sua

²³*Idem*.

²⁴BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. IX.

²⁵*Ibidem*, p. IX – X.

totalidade²⁶. Tanto porque ela é um momento desse processo, quanto porque ela surge no trato com apenas uma parte de realidade gerada nesse processo.

Para Bergson, a inteligência dá conta de um momento do processo, de um aspecto do processo, a matéria. Contudo a matéria não é todo o movimento evolutivo, é apenas uma parcela desse processo. Para o autor, o aspecto lógico da inteligência é incapaz de se representar a verdadeira natureza da vida.

Mas disso também deveria resultar que nosso pensamento, sob sua forma puramente lógica, é incapaz de se representar a verdadeira natureza da vida, a significação profunda do movimento evolutivo. Criado pela vida em circunstâncias determinadas para agir sobre coisas determinadas, como poderia abarcar a vida, da qual não é mais que uma emanção ou um aspecto? Depositado, durante o trajeto, pelo movimento evolutivo, como poderia aplicar-se ao longo do próprio movimento evolutivo? Seria o mesmo que pretender que a parte iguala o todo, que o efeito pode absorver em si sua causa, ou que o seixo deixado na praia desenha a forma da onda que o trouxe.²⁷

Desse modo, podemos verificar que a inteligência é muito restrita dentro desse processo evolutivo. A vida, nesse sentido, possuiria um aspecto muito mais amplo, complexo, e inalcançável tendo em vista o processo estrutural e material da inteligência. Para Bergson, a vida não surge da matéria, a qual é apenas um aspecto da vida. O processo evolutivo seria o processo de indeterminação pura que gera as formas de vida e que não pode ser explicado pela inteligência que está na ponta do processo evolutivo. Tendo em vista que a inteligência opera de modo material, e a matéria é a determinação do processo que é indeterminação pura, a inteligência em si é insuficiente para dar conta do todo, do processo evolutivo em sua totalidade.

Poderíamos pensar aqui que, na medida em que a inteligência é a forma pela qual a ciência alcança suas verdades, essas verdades são parciais em relação à realidade. Essas verdades científicas são alcançadas a partir de uma observação limitada da realidade. É importante frisar que isso não quer dizer que todas as verdades propostas pela ciência são em si *inverdades*. A questão é que o conhecimento científico seria verdadeiro somente na medida em que trata as questões da matéria. De todo modo, ainda assim seria um conhecimento parcial, e não absoluto. Nesse sentido, podemos fazer uma aproximação entre essa parcialidade proposta por Bergson com a ideia da perspectiva parcial almejada

²⁶*Ibidem*, p. X.

²⁷BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. X.

por Haraway.

Ao investigar o processo evolutivo vital, Bergson nos convida a relembrar algumas conclusões de um trabalho anterior, *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*²⁸, no qual abordou a questão da duração da consciência. O problema aqui circula o sentido da palavra “existir”. Na medida em que a filosofia tradicional buscou caracterizar a existência de um indivíduo a partir da ideia de um conjunto de estados de consciências distintos um dos outros, ela impossibilitou a apreensão do caráter uno do indivíduo, imprescindível em sua constituição individual.

Digo, não podemos pensar a unidade da consciência como conjunto de estados separados de consciência. Aqui a unidade da consciência não existe, mas apenas múltiplos estados de consciência que se alinham como um colar de pérolas²⁹, sem tornar visível o fio que as une. Nesse sentido, a tarefa do *Ensaio* foi concluída ao tornar evidente que os estados de consciência não se distinguem como sólidos no espaço, mas eles se fundem, se completam mutuamente. E em *Evolução criadora*, Bergson nos recorda como a unidade e multiplicidade da consciência se apresentam:

Por mais que o objeto permaneça o mesmo, por mais que eu o olhe do mesmo lado, pelo mesmo ângulo, sob a mesma luz, a visão que dele tenho nem por isso é menos diferente daquela que acabo de ter, quando mais não seja pelo fato de estar agora um instante mais velha. Minha memória esta aí, empurrando algo desse passado para dentro desse presente. Meu estado de alma, avançando pela estrada do tempo, infla-se continuamente com a duração que ele vai juntando; por assim dizer, faz bola de neve consigo mesmo. Com mais forte razão, isso se dá com os estados mais profundamente interiores, sensações, afetos, desejos, etc., que não correspondem, como uma simples percepção visual, a um objeto exterior invariável. Mas é cômodo não prestar atenção a essa mudança ininterrupta e só notá-la quando se torna suficientemente grande para imprimir uma nova atitude ao corpo, uma direção nova à atenção. Nesse momento preciso, descobrimos que mudamos de estado. A verdade é que mudamos incessantemente e que o próprio estado já é mudança.³⁰

Isso caracteriza a duração da consciência, multiplicidade dos estados de consciência como fusão e conservação dos estados de consciência em uma continuidade duracional. Essa definição pressupõe uma afinidade entre presente e passado. Contudo, é importante deixar claro como presente e passado se relacionam nessa duração da

²⁸BERGSON, H. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Trad. João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, [s.d].

²⁹BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 4.

³⁰*Ibidem*, p. 2.

consciência, elucidar como esse ato de conservação dos estados de consciência é realizado. Para Bergson, seria enquanto memória que essa conservação se daria.

Contudo, torna-se fundamental pensarmos a memória não como um espaço vazio, passível de se agregar conteúdos que se tornam acessíveis conscientemente quando desejado. “A memória, como procuramos prová-lo não é uma faculdade de classificar recordações em uma gaveta ou de inscrevê-las em um registro. Não há registro, não há gaveta”³¹. Dessa forma, o passado não se encontra na recordação, mas na própria constituição do indivíduo. Ele é parte carnal desse indivíduo, está presente sempre, inscrito em nossos corpos, e por conseqüência corrobora na própria formação desses corpos.

Na verdade, o passado conserva-se por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância esta aí, debruçado sobre o presente que a ele irá juntar-se, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo para fora. O mecanismo cerebral é feito exatamente para recalcar a quase totalidade do passado no inconsciente e introduzir na consciência apenas aquilo que é de natureza a iluminar a situação presente, a ajudar a ação que se prepara, a resultar, enfim, num trabalho *útil*.³²

Tendo em vista essa eterna conservação do passado, segue-se uma impossibilidade lógica “de uma consciência passar duas vezes pelo mesmo estado”³³. E nesse sentido, “nossa personalidade, que se edifica a cada instante a partir da experiência acumulada, muda incessantemente”³⁴. A mudança não ocorre de forma espacializada, como tradicionalmente se pensou, onde é possível separar de forma sólida e material os estados de consciência que se diferem substancialmente.

A mudança ocorre temporalmente, impossível de se separar dessa forma material. Não posso separar duas bolas de neve, sendo uma distinta da outra, colocá-las lado a lado e dizer que o indivíduo se constitui a partir da sucessão material dessas bolas. O indivíduo é uma bola (unidade) que em seu movimento agrega os múltiplos estados e os conserva de forma contínua, sem separá-los. Por isso a ideia da bola de neve que, ao passo que se movimenta no barranco, agrega toda a neve pela qual passa, e essa neve torna-se parte da bola, assim, ao fim da queda, toda essa neve que esteve no movimento se transforma na própria bola, enorme em relação ao seu movimento inicial.

³¹BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 5.

³²*Idem*.

³³*Ibidem*, p. 6.

³⁴*Idem*.

Buscamos apenas determinar o sentido preciso que nossa consciência dá à palavra "existir" e descobrimos que, para um ser consciente, existir consiste em mudar, mudar, em amadurecer, amadurecer, em criar-se indefinidamente a si mesmo. Poder-se-ia dizer o mesmo da existência em geral?³⁵

Toda essa questão nos faz concluir que toda forma espacializada de caracterizar a consciência está fundamentada na “ideia de que o tempo não nos atinge”³⁶. E ainda, tendo em vista que é próprio da estrutura do pensamento tratar o mundo que o cerca de forma espacializada, a própria ciência partilhará dessa forma ao tratar a vida. E, de fato, Bergson afirma essa tendência nas operações que a ciência realiza, na medida em que trata como isoláveis os objetos de observação³⁷. Quando a ciência isola um objeto material, e pensa temporalmente esse objeto, ela se limita a um sistema determinado de *simultaneidades* e *correspondências*, que transforma o tempo dessa operação em um tempo abstrato. Esse tempo seria caracterizado espacialmente por não considerar o intervalo entre as simultaneidades ou correspondências³⁸.

O senso comum, que só se ocupa de objetos separados, como aliás a ciência, que só considera sistemas isolados, posta-se nas extremidades dos intervalos e não ao longo dos próprios intervalos. E por isso que se poderia supor que o fluxo do tempo assumisse uma rapidez infinita, que todo o passado, o presente e o porvir dos objetos materiais ou dos sistemas isolados fosse esparramado de um só golpe no espaço: nada haveria que mudar nem nas fórmulas do cientista nem tampouco na linguagem do senso comum.³⁹

Bergson problematiza essa forma de relação com o tempo da seguinte forma:

Caso queira preparar-me um copo de água com açúcar, por mais que faça, preciso esperar que o açúcar derreta. Esse pequeno fato esta repleto de lições. Pois o tempo que preciso esperar já não é mais esse tempo matemático que ainda se aplicaria com a mesma propriedade ao longo da história inteira do mundo material ainda que esta se esparramasse de um só golpe no espaço. Ele coincide com minha impaciência, isto é, com uma certa porção de minha própria duração, que não pode ser prolongada ou encurtada à vontade. Não se trata mais de algo pensado, mas de algo vivido.⁴⁰

³⁵*Ibidem*, p. 8.

³⁶BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 9.

³⁷*Idem*.

³⁸*Idem*.

³⁹*Ibidem*, p. 10.

⁴⁰*Idem*.

Bergson percebe essa tendência científica de isolar os objetos de observação e abstrair o tempo que o constitui. Porém, o autor afirma que essa forma de tratamento, em que a ciência isola e fecha algo como um dado, não é exatamente uma operação artificial⁴¹. Dessa forma, seria necessário verificar que a própria matéria possui uma “tendência a constituir sistema isoláveis, que possam ser tratados geometricamente”⁴². Mas, isso é caracterizado apenas como uma tendência. “A matéria não vai até o fim, e o isolamento nunca é completo. Se a ciência vai até o fim e isola completamente, é para a comodidade do estudo”⁴³.

Freqüentemente, a ciência adota uma postura de recorrer à observação empírica como meio para atingir um conhecimento universalizado. Busca-se descobrir as regras ocultas dos fenômenos, almeja-se construir um conhecimento que seja útil à previsão do tempo - como se, ao observar que um determinado fenômeno ocorre de uma determinada forma num determinado número de vezes, fosse possível prever seu modo de funcionamento no futuro. O problema é que o indivíduo não é um dado passível de conhecimento universal. Como Haraway diz, o corpo não é passível de categorização determinada, e muito menos determinada de forma unicamente dicotômica. Vejamos, agora, como Bergson trata a questão do *corpo vivo*.

Bergson, ao tratar o *corpo vivo* percebe que ele também consiste “em uma porção de extensão ligada ao resto da extensão, solidária do todo, submetida às mesmas leis físicas e químicas que governam toda e qualquer porção da matéria”⁴⁴. Contudo, na medida em que a lei que rege a matéria se constitui em isolar e fechar esses corpos materiais, “o corpo vivo foi isolado e fechado pela própria natureza”⁴⁵. Esse corpo vivo “é um indivíduo, e de nenhum outro objeto, nem mesmo do cristal, se pode dizer o mesmo, uma vez que um cristal não tem nem heterogeneidade de partes nem diversidade de funções”⁴⁶.

Contudo, há de se verificar que “não é fácil determinar, mesmo no mundo organizado, o que é indivíduo e o que não é”⁴⁷. Os fatos da biologia mostram uma dificuldade em caracterizar o que seja um indivíduo. Dificuldade em caracterizar essa individuação do processo vital. De toda forma, estamos acostumados a tratar essa questão

⁴¹*Ibidem*, p. 11.

⁴²BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p 11.

⁴³*Idem*.

⁴⁴*Ibidem*, p. 13.

⁴⁵*Idem*.

⁴⁶*Idem*.

⁴⁷*Idem*.

da mesma forma como pensamos a matéria bruta⁴⁸. Isso porque, como já visto, é a forma como a inteligência e as estruturas do pensamento costumam trabalhar. Digo, se a inteligência foi feita para pensar a matéria, seria normal transpor essa característica material para o corpo vivo.

Concluamos, então, que a individualidade nunca é perfeita, que é freqüentemente difícil, por vezes impossível, dizer o que é indivíduo e o que não o é, mas que a vida nem por isso manifesta menos uma procura da individualidade e que ela tende a constituir sistemas naturalmente isolados, naturalmente fechados.⁴⁹

Contudo, “o organismo que vive é algo que dura. Seu passado prolonga-se inteiro em seu presente, nele permanece atual e atuante”⁵⁰. Essa é o ponto principal de todo tratamento de Bergson em relação à vida. Para o filósofo, “por toda parte onde algo vive, há, aberto em algum lugar, um registro no qual o tempo se inscreve”⁵¹. Sem esse pressuposto não conseguimos alcançar a totalidade da vida e estamos sempre sujeitos a tratar a vida como matéria. Mas, como já dito, não podemos limitar a vida dessa forma. Seria preciso, portanto, ampliarmos a forma de observação do processo evolutivo para além do material, e inserirmos o caráter puramente temporal na qual a vida é produto.

Em vão o raciocínio nos prova que, quanto mais nos afastamos dos objetos recortados e dos sistemas isolados pelo senso comum e pela ciência, tanto mais nos deparamos com uma realidade que muda em bloco em suas disposições interiores, como se uma memória acumuladora do passado lhe tornasse impossível voltar atrás. O instinto mecanicista do espírito é mais forte que o raciocínio, mais forte que a observação imediata. O metafísico que trazemos inconscientemente em nós mesmos, e cuja presença se explica, como veremos adiante, pelo próprio lugar que o homem ocupa no conjunto dos seres vivos, tem suas exigências definidas, suas explicações prontas, suas teses irredutíveis: reduzem-se todas à negação da duração concreta.⁵²

É desse modo que Bergson realiza sua crítica ao mecanicismo. Na medida em que ele abstrai a duração do corpo vivente, ele o transforma em corpo bruto. O problema aqui também reside na forma de tratamento desse corpo. Nessa investigação “o estado presente de um corpo bruto depende exclusivamente do que ocorria no instante precedente”⁵³. O

⁴⁸*Ibidem*, p. 14.

⁴⁹BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 16.

⁵⁰*Idem*.

⁵¹*Ibidem*, p. 18.

⁵²*Idem*.

⁵³*Ibidem*, p. 21.

que poderia nos levar a concluir que “alguns aspectos do presente, importantes para a ciência, podem ser calculados em função do passado imediato”⁵⁴. Por outro lado, é demonstrada uma complexidade que ultrapassa esse foco de leitura da vida. Tendo em vista que “o momento atual de um corpo vivo não encontra sua razão de ser no momento imediatamente anterior e que é preciso acrescentar-lhe todo o passado do organismo, sua hereditariedade, enfim, o conjunto de uma história muito longa”⁵⁵.

Para Bergson, “poderíamos dizer acerca da vida, como acerca da consciência, que ela cria algo a cada instante”⁵⁶. Contudo, “contra essa ideia da originalidade e da imprevisibilidade absolutas das formas, toda nossa inteligência se insurge”⁵⁷. Ela “isola em uma situação aquilo que se assemelha ao já conhecido; procura o mesmo, a fim de poder aplicar seu princípio segundo o qual "o mesmo produz o mesmo”⁵⁸. Dessa forma,

A ciência retém das coisas apenas o aspecto *repetição*. Se o todo é original, arranja-se de modo a analisá-lo em elementos ou em aspectos que sejam *aproximadamente* a reprodução do passado. Só pode operar sobre aquilo que presumidamente se repete, isto é, sobre aquilo que, por hipótese, está subtraído à ação da duração. Escapa-lhe o que há de irredutível e de irreversível nos momentos sucessivos de uma história.⁵⁹

Na medida em que o mecanicismo observa tudo como dado e tudo como repetição, ela falha em sua explicação sobre vida. “A essência das explicações mecânicas, com efeito, reside em considerar o porvir e o passado como calculáveis em função do presente e pretender assim que tudo está *dado*”⁶⁰. Aqui, “o tempo é desprovido de eficácia e, a partir do momento em que nada faz, não é nada”⁶¹. E, conforme nos mantivermos nessa posição mecanicista da vida, excluiremos a possibilidade de criação do novo. Por isso, Bergson rejeita a visão mecanicista da vida, porque ela é incapaz de dar conta da totalidade do processo evolutivo. O mecanicismo dá conta dos “sistemas que nosso pensamento destaca artificialmente do todo”⁶², mas nunca dará conta da totalidade da vida.

Além de rejeitar a teoria mecanicista da vida, Bergson também recusará a alternativa proposta pela doutrina da finalidade. Na medida em que o finalismo “implica

⁵⁴*Idem.*

⁵⁵*Ibidem*, p. 22.

⁵⁶BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 31.

⁵⁷*Ibidem*, p. 32.

⁵⁸*Idem.*

⁵⁹*Idem.*

⁶⁰*Ibidem*, p. 41.

⁶¹*Ibidem*, p. 42.

⁶²*Ibidem*, p. 41.

que as coisas e os seres não façam mais que realizar um programa já traçado”⁶³, ele se mantém atado à hipótese mecanicista que observa tudo como *dado*⁶⁴. E, nesse sentido, o finalismo estaria sujeito a se perder no mesmo erro do mecanicismo: deter-se na repetição onde “não há nada de imprevisto, nada de invenção nem de criação no universo”⁶⁵. Desse modo, assim como no mecanicismo, no finalismo “o tempo torna-se novamente inútil”⁶⁶.

Contudo, há diferença entre essas duas teorias evolutivas da vida. Enquanto o mecanicismo insiste na verificação calculável da vida em vistas ao passado imediato, o finalismo se detém nas causas finais desse processo. Assim, o finalismo “substitui a impulsão do passado pela atração do porvir. Mas nem por isso a sucessão deixa de ser uma pura aparência, como aliás a própria jornada”⁶⁷.

De qualquer forma, ao pensarmos essas duas doutrinas sobre a vida, “quer imaginemos a natureza como uma imensa máquina regida por leis matemáticas, quer nela vejamos a realização de um plano, em ambos os casos não fazemos mais que seguir até o fim duas tendências do espírito”⁶⁸. Desse modo, “o erro do finalismo radical, como aliás o do mecanicismo radical, é levar longe demais a aplicação de certos conceitos naturais à nossa inteligência”⁶⁹. E, como a inteligência alcança somente parte da realidade da vida e uma parcialidade do processo evolutivo, ela está fadada a uma explicação incompleta da vida⁷⁰.

Considerações finais

A divisão entre os seres *homem* e *mulher* foi pensada de formas diferentes no decorrer da história, contudo, a separação entre as entidades de cada categoria predominou. A ideia de que a natureza diferencia seres humanos em função de sua sexualidade criou um abismo entre homens e mulheres. Além disso, as determinações naturalistas do sexo frente à pluralidade de existências, por vezes, retiram a autonomia dos sujeitos que não se enquadram em suas classificações meramente dicotômicas, relegando-os ao campo da não-humanidade. Os casos que escapam às regras e definições já previamente estruturadas são deslocados da normatividade dita *natural*. Esses seres restam excluídos devido à falta de conformação à determinação dicotômica do sexo. Quando muito, não são renegados a uma

⁶³*Ibidem*, p. 43.

⁶⁴*Idem*.

⁶⁵BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 43.

⁶⁶*Idem*.

⁶⁷*Idem*.

⁶⁸*Ibidem*, p. 49.

⁶⁹*Ibidem*, p. 48.

⁷⁰*Ibidem*, p. 50-51.

não-humanidade, mas submetidos a uma vida de disciplinamento⁷¹ e restrição social.

De qualquer forma, a ordem dicotômica - que regula os corpos tendo em vista o ideal naturalista do sexo - mantém-se atada ao ramo determinista, aquele que delinea e limita os fenômenos corporais. Essa determinação, ao mesmo tempo em que pretende oferecer clareza e inteligibilidade aos construtos sexuais, acaba por limitá-los e diferenciá-los de forma substancial. A ilusória necessidade de coerência nas corporificações e teorias acaba por introduzir essa *diferenciação sexual* nos conceitos relacionados à identidade. Essa, por sua vez, acaba por classificar os estratos corporais e psicológicos do indivíduo com a mesma intencionalidade de coerência.

Contudo, essas coerências restam cristalizadas sob a forma de saber científico universal, o que ocasiona, por fim, em determinações vistas como naturais. A questão é que, na medida em que esse saber científico pretende se tornar o padrão universal de observação de indivíduos, ele se limita apenas a dois modelos conceituais: homem ou mulher. O problema dessa definição consiste na própria insuficiência de se categorizar todos os corpos apenas como homem ou mulher.

Tendo em vista que o saber científico é o argumento mais utilizado na definição dos conceitos sexuais, esse artigo pretendeu mostrar como a posição científica pode ser questionada. A partir de uma breve crítica ao modo de operação da ciência tradicional, buscou-se demonstrar as inconsistências das definições científicas.

Haraway afirma que as ciências falham quando intentam o reducionismo para a tradução do mundo. A conversão de dados em enunciados e a universalização de tais enunciados garantem o reducionismo dentro da ciência. E é precisamente a essa atitude que a autora direciona sua crítica. Segundo ela, o ideal reducionista está vinculado à objetividade, na medida em que denota à visão a responsabilidade de garantir a veracidade dos dados. Digo, a objetividade científica se legitima a partir da observação imparcial dos dados científicos, ou seja, a pretensa observação objetiva assegura a objetividade dentro da ciência. A questão é que a visão não é imparcial, ou seja, não é objetiva. Haraway nos diz que a persistência da visão afasta o sujeito do mundo no interesse do poder⁷². Assim, a visão não é neutra, “posicionar-se é a prática-chave, base do conhecimento em torno das imagens da visão”⁷³.

A persistência da visão, comentada por Haraway, pode ser relacionada à

⁷¹ FOUCAULT, M. *Op. cit.*

⁷² HARAWAY, D. *Op. cit.*, p. 19.

⁷³ *Ibidem*, p. 27.

persistência do passado indicada por Bergson. Como dito, para Bergson, o passado não se encontra na recordação, mas na própria constituição do indivíduo. Ele é parte carnal desse indivíduo, está presente sempre. É isso que o filósofo chama de eterna conservação do passado. Para Bergson o passado *está sempre aí*; desse modo, a observação científica nunca pode ser neutra ou imparcial. Ela sempre estará carregada de significados já definidos que tendem a se repetir. E, na medida em que a ciência possui a tendência a buscar sempre o mesmo, como diz Bergson, a observação científica sempre estará carregada de significados que tendem a ser repetição do mesmo. É dessa forma que a ciência insiste na definição de um indivíduo como homem ou mulher.

Para Haraway, a saída possível frente a essa tendência cientificista seria a partir da perspectiva parcial. O produto do posicionamento parcial frente aos dados científicos é o saber localizado. Em vez de se definirem como conhecimentos científicos, os saberes localizados se opõem ao caráter determinista e universalista que a ciência tradicionalmente buscou. Esses saberes desestabilizam a suposição de previsibilidade, universalidade e objetividade do modo operante do conhecimento científico. Dessa forma, os saberes localizados não podem determinar a verdade do sexo, e menos ainda defini-la como binária. Tendo em vista que o corpo não é um dado científico estável, também não é passível de categorização dicotômica.

Aliás, Bergson também partilha da ideia de que o organismo vivo é complexo demais para se encaixar nas vagas definições científicas. E ainda, visto que essas definições abstraem os efeitos do tempo nos corpos, elas se tornam ainda mais ineficientes em relação à descrição desse organismo. Ora, é claro que, ao esquecermos os efeitos temporais, o corpo pode ser visto como um dado científico estável, ou sólido, como propõe Bergson. Contudo, o organismo vivo não pode se enquadrar somente no âmbito da matéria, aquele que solidifica tudo. Ele partilha de uma realidade temporal que também constitui esses corpos, fazendo tão parte deles quanto seu aspecto material. E, como essa realidade temporal está sempre em *vias de se fazer*, não pode ser definida da mesma forma como a matéria o é.

Essa pode ser uma das formas de aproximar Haraway e Bergson. Contudo, é importante ter cautela ao realizar essas aproximações. Quando Haraway realiza sua crítica à objetividade científica ela mantém um discurso sobre sexualidade, e Bergson, por outro lado, não fala diretamente sobre sexualidade, mas seu discurso se torna importante na medida em que sua crítica ao falso evolucionismo corrobora com a crítica às tendências científicas. E a separação entre homens e mulheres aqui é vista como uma dessas

tendências: a definição de uma categoria (homem ou mulher) e a repetição dessas categorias nos vários corpos viventes que irão se diferenciar segundo essa categoria definida previamente.

A parcialidade que Haraway e Bergson solicitam no âmbito da ciência é vista como ponto de aproximação entre os dois filósofos. A parcialidade almejada por Haraway retira da ciência toda sua universalidade. Por outro lado, Bergson percebe que a ciência está fadada à parcialidade, vez que atribui sua fundamentação à inteligência. E, como a inteligência só abarca parte da realidade – a parte material –, ela não pode se definir como conhecimento absoluto, muito menos em relação ao corpo que não é um dado somente material.

Em vão empurramos o vivo para dentro de tal ou tal de nossos quadros. Todos os quadros estouram. São estreitos demais, sobretudo, rígidos demais, para aquilo que gostaríamos de colocar neles. Nosso raciocínio, aliás, tão seguro de si quando circula em meio às coisas inertes, sente-se pouco a vontade nesse novo terreno.⁷⁴

Esse novo terreno é o lugar do eterno movimento e da eterna mudança. Nesse âmbito do não definido, daquilo que está continuamente em processo de formação, há espaço para uma aproximação mais livre e plural da sexualidade. Da imagem bergsoniana dos quadros que estouram, podemos arriscar dizer que a categoria *homem* e a categoria *mulher* são os *quadros* que a ciência costuma definir em relação à sexualidade.

Tendo em vista a problematização realizada a partir da intersexualidade e do caso de Maria Patiño, é possível verificar como esses *quadros* sexuais definidos dicotomicamente *realmente* estouram. São insuficientes para abarcar a multiplicidade dos corpos viventes. Dessa forma, a referência de Bergson demonstra exatamente o efeito mal desejado do método científico.

Ora, podemos desconstruir a dicotomia homem/mulher. Podemos questionar os construtos sexuais naturalizados. Podemos até mesmo chegar à conclusão de que a dicotomia naturalista é uma convenção ou um hábito de tratamento científico. Contudo, continuarão nascendo seres humanos que serão definidos como homens *ou* como mulheres. A questão, portanto, é ainda mais profunda, o que deixa abertura para indagações futuras: por que é tão importante mantermos uma cisão entre os seres humanos

⁷⁴BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. X.

com fundamento numa ideia de sexualidade? Ou seja, por que é tão importante definirmos um ser humano como homem ou mulher?

Referências bibliográficas

BERGSON, H. *A evolução criadora*. Tradução: Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução: João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, [s.d].

_____. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins fontes, 1999.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagú*, n. 17-18, p. 9-79, 2001/02.

FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HARAWAY, D. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagú* n. 5, p. 7 – 41, 1995.